

Nota Prévía



O princípio de que *todos os alunos devem aprender juntos* é hoje consensual. O reconhecimento deste estatuto a um princípio tão importante corresponde a um avanço fundamental na longa história da discriminação.

No caso das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais, a reunião de 1994, em Salamanca, significou um grande passo na definição das respostas mais correctas, como um ponto de chegada do trabalho de investigação e de experimentação. A educação inclusiva tornou-se a fórmula mais simples e mais impressiva para designar oportunidades de socialização, de aprendizagem, de aproveitamento de talentos potenciais, na escola como na sociedade. Da escola inclusiva para a sociedade inclusiva, ou desta para a educação inclusiva, pressupõe-se uma concertação de políticas que envolvam o conjunto dos parceiros sociais.

Como órgão de parceiros por excelência e ambicionando o crescimento de uma escola que seja espaço e instrumento de inclusão, o Conselho Nacional de Educação propôs-se ouvir as instituições e proporcionar uma reflexão conjunta a fim de integrar as ideias e as estratégias numa Recomendação que tivesse esse tema como objecto. Na sequência do estudo sobre crianças com necessidades educativas especiais encomendado ao Professor Joaquim Bairrão Ruivo e já publicado pelo CNE, pedimos a colaboração de especialistas, como a Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Bénard da Costa, o Dr. Sérgio Niza e a Dr.<sup>a</sup> Inês Sim-Sim e, com a grande ajuda da Dr.<sup>a</sup> Maria José Rau e da Dr.<sup>a</sup> Maria Amélia Mendonça na organização, chegámos à realização do Seminário — “Uma educação inclusiva a partir da escola que temos” — de que esta publicação dá conta.

Na certeza da importância da conjugação de esforços entre parceiros, deixamos o nosso contributo para uma escola de todos e onde todos a sintam como sua.

Secretária-Geral do Conselho Nacional de Educação

*Berta Macedo*

